

NOTAS SOBRE LIVROS/BOOKNOTES

■ BAGNO, Marcos. *A norma oculta – língua & poder na sociedade brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. ISBN: 85-88456-12-5, p. 194.

Sem dúvida, Marcos Bagno vem, a cada dia, se destacando mais no meio lingüístico com seus vorazes ataques aos preconceitos lingüísticos promovidos no cotidiano pelas grandes gramáticas e seus autores, que difundem há muito tempo os preceitos dos antigos gramáticos gregos e não parecem entender as mudanças naturais da língua. Desde 1997, o autor vem mantendo seus escritos atualizados com diversificada publicação na área da Lingüística, publicando, pelo menos, um livro por ano. Sua literatura acadêmica está comprometida com debates acerca do “preconceito lingüístico”, e assim continua fazendo com mais esta publicação: *A norma oculta*.

Nessa obra o autor discute conceitos, revela tratamentos preconceituosos na mídia, faz uma viagem histórica importante pela língua portuguesa vinda d’além mar e, por fim, intensifica a sua luta contra o preconceito lingüístico propondo uma gramática do português brasileiro.

O livro está dividido em cinco grandes e principais blocos (**Prólogo; capítulos 1, 2 e 3; Epílogo**). E como diz o próprio editor: “*A norma oculta* desvenda o jogo ideológico por trás da defesa de um conjunto padronizado de regras lingüísticas, retira o disfarce de uma discriminação que é, em tudo, social, ao demonstrar que a própria negação da existência do preconceito lingüístico é prova mais do que eloqüente de que as coisas não podem seguir como estão”.

Agora passemos a analisar cada um dos grandes blocos do livro de forma resumida.

Prólogo: mídia, preconceito e revolução

O autor organiza suas idéias relembrando, inicialmente, o lingüista britânico James Milroy, que diz: “... o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua” (p.13). E a seguir cita trechos da colunista política do Jornal do Brasil, Dora Kramer, em 10/11/2002, sobre os “crassos e constantes erros de português” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, um assunto que sempre esteve à tona em todas as eleições presidenciais, desde que o operário Lula se candidatou (1989, 1994 e 1998). E nem mesmo com sua vitória tal marca preconceituosa deixou ou deixará de existir na mídia.

Também deixa claro o autor, depois de tanto tempo pesquisando e discutindo sobre preconceito lingüístico, que, na verdade, chegou à conclusão que o *preconceito é social*. Lamenta que a língua, apesar de uma *atividade social*, ainda é vista como algo desordenado, sem sentido ou sem valor, quando seu usuário não obedece aos preceitos normativos da gramática, que é a forma a que reduziram a língua. Ou seja, a língua é a norma, é a gramática.

Bagno passa a fazer uma análise crítica do próprio texto da colunista Dora Kramer, evidenciando o quanto suas informações estão defasadas e equivocadas quanto aos conceitos empregados e o que se vem implementando nas escolas hoje. Cita, inclusive, exemplos retirados do próprio texto da colunista e tantos outros de diversos jornais que demonstram impropriedades ou “erros”, como cita a colunista. No entanto, demonstra cientificamente que são casos tão freqüentes no uso da língua que não deveriam ser tratados como erros, mas sim como regras.

Quanto ao presidente Lula e a muitos cidadãos brasileiros, ele resume: “Lula é um usuário extremamente competente dos múltiplos gêneros discursivos que tem à sua disposição – e este é o verdadeiro significado de saber ‘falar bem’ uma língua” (p. 36).

Capítulo um: Por que “norma”? Por que “cultura”?

O autor inicialmente questiona a que tipo de norma culta se referem os que direta ou indiretamente lidam com a língua portuguesa, já que há dois sentidos para ela: 1. o que é normal, freqüente e habitual ou 2. o que é normativo, elaborado, regra imposta.

Normalmente, o sentido 2 é o mais usado e difundido, pois é o que “tem mais ampla circulação na sociedade”, é o “senso comum”. Segundo o autor, é mais um preconceito do que um conceito, pois trata a língua como sendo única e estática, havendo, portanto, somente uma maneira “certa” de se falar ou de se escrever. Fica parecendo que o modelo de língua é o da literatura. No entanto, sabe-se que há muito mais que a literatura escrita e que o gravador, a televisão e o rádio tem muito mais influência na vida das pessoas do que as obras literárias dos grandes autores.

A acepção 1 refere-se à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população. Ou seja, é um termo técnico usado para designar formas lingüísticas existentes na realidade social.

O autor propõe novas nomenclaturas, tendo em vista alguns impasses para o uso de norma culta.

a) Norma-padrão: para designar o modelo ideal de língua; algo que está fora e acima da atividade lingüística dos falantes.

b) Variedades de prestígio ou variedades prestigiadas: para designar as variedades lingüísticas faladas pelos cidadãos com alta escolarização e vivência urbana.

c) Variedades estigmatizadas: para designar as variedades lingüísticas que caracterizam os grupos sociais desprestigiados do Brasil.

Capítulo dois: Um pouco de história: o fantasma colonial & e a mudança lingüística

Continua o autor, neste capítulo, evidenciando os problemas recorrentes no Brasil do preconceito lingüístico, enraizados em muitos de nossos cidadãos, principalmente da elite nacional, pois é dela que surgem as duas direções do preconceito: um é de “dentro da elite para fora”, enquanto o outro é “de dentro da elite para ao redor de si mesma” (p.76).

Também neste capítulo traça um percurso histórico interessante desde o período colonial, em que a língua portuguesa não era maioria no território nacional, até os dias atuais, com a existência do poder da mídia. Mantendo, inclusive a crítica aos meios de comunicação que contribuem para o alastramento do preconceito lingüístico.

Capítulo três: Por uma gramática do português brasileiro

Demonstra neste capítulo o autor a sua preocupação em se elaborar uma gramática do português brasileiro, pois só traduzindo em normas e regras esse linguajar do dia-a-dia que, talvez, houvesse uma aceitação da palavra dos pesquisadores lingüistas.

Não deixa de refazer sua crítica à gramática normativa, que recorre somente às questões de certo e errado com caráter prescritivo, não se preocupando com uma análise total da obra literária para realmente admitir que neste texto as regras funcionam mesmo. Ou seja, não basta tirar alguns exemplos, que são modelos da norma padrão, e deixar de lado todo o restante da obra. As gramáticas normativas, segundo o autor, optam pelos exemplos que, de antemão, consideram bons e bonitos.

Por isso clama pela produção de dois tipos de gramática: a prescritiva e a de referência.

Epílogo: Norma [o]culto, a gramática não-escrita

Com muita propriedade, o autor, nesta conclusão, volta mais uma vez seus olhos para a maneira como as pessoas vêem a norma culta. Algo intransponível, de difícil acesso e “garantia suficiente para a inserção do indivíduo na categoria dos que podem falar; dos que sabem falar, do que têm direito à palavra” (p. 191). Enquanto, na verdade, sabe-se que a discriminação, de fato, é social. Não basta o domínio da norma-padrão para ser aceito na sociedade e não ser discriminado, pois as variantes de cor da pele, sexo, modo de se vestir etc. são mais importantes que qualquer diploma.

Por/by: Jeferson Correia DANTAS
(*Colégio Pedro II / Mestrando em Lingüística, UFRJ*)
E-mail: jefersondantas@ig.com.br